



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – C N A

Filiada na Coordenadora Europeia – Via Campesina – Sede : Bruxelas

Exmº Senhor

Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e Florestas:

Assunto:- sobre a “certificação” Florestal:

1 - Portugal tem várias realidades que não podem ser tratadas de modo homogéneo. Há a floresta industrial intensiva; há a floresta de outro tipo; há a floresta comunitária dos Baldios; há o latifúndio e há o minifúndio. Portanto, cada tipologia exige a sua abordagem quanto ao método a seguir, aos recursos a empregar e aos objectivos a atingir também com a "certificação" florestal.

1.1 – Assim, a metodologia a assumir, como correcta e efectivamente alavancadora da Floresta nacional, deverá ter estas condicionantes devidamente identificadas e deve posicionar-se de uma forma consensualmente positiva na evolução que se quer para o sector. Não pode, de forma alguma, impor-se como uma posição agressiva ou mesmo muito prejudicial -- pois pode tender para ainda maiores baixas no preço de muita Madeira na Produção -- sobre o proprietário florestal, e nomeadamente o comunitário, que em muito pouco, ou quase nada, tem sido ouvido na gestão do seu património.

1.2 - Quer isto dizer que, mesmo à partida, a CNA não está nada convencida acerca da bondade desta vontade política que corre atrás da imposição da "certificação" para a Floresta Nacional. De facto, não conseguimos ver a situação fora do actual contexto em que, andem as coisas lá por onde andarem, o resultado é sempre o mesmo:- complicações e prejuízos para a produção nacional familiar; aumento das importações; benefícios "sistémicos" para a grande agro-indústria.

2 – Ao mesmo tempo, clarifica-se já o chorudo “negócio” que este processo abre para uma ou outra multinacional da “certificação”, como aliás acontece em processos idênticos...

3 - Em todo o caso, o Estado Português terá que dotar com recursos técnicos e financeiros esta tarefa da "certificação" em toda a região do minifúndio ou fora da floresta industrial (as organizações associativas existem e são apoiadas com diversos intuitos, devendo neste momento ser a certificação um deles).

3.1- A floresta industrial, e quem a explora, é que devem bastar-se a si próprios e não estar a receber (ainda) mais apoios públicos também a este pretexto. Aliás, ainda hão-de ter de explicar melhor porque é que é assim tão necessário “certificar” eucalipto ou pinho quando, afinal, estão destinados a ser estilhaçados ou feitos em papas, “dissolvidos” em produtos químicos de todo o tipo...

4 - Com o êxodo rural; com vastas regiões pulverizadas em pequenas parcelas; com as debilidades financeiras dos pequenos e médios Produtores e das suas

associações do sector agro-florestal ou o Estado cobre os custos da tarefa ou não vai haver "certificação". E lá virão ainda piores resultados porque, é sabido, aí está já a "imposição" tecnocrática da dita "certificação", assim como que de encomenda para criar problemas à floresta mediterrânica de pequena propriedade e às nossas pequenas e médias indústrias da fileira que, aliás, já não pressentem outra coisa.

5 - O problema da pequena propriedade ou se resolve em colaboração com os pequenos e médios Produtores e com o apoio "activo" do Estado ao associativismo e ao investimento, ou então é deixar continuar e perder-se mais de 40% do território nacional.

5.1 - Claro que a certificação não é a solução para o minifúndio. No entanto a necessidade intrínseca de conhecer o seu terreno para que a sua floresta possa ser certificada pode ajudar á resolução do problema.

6 - E que também se não atire constantemente com o chavão da "gestão activa " da Floresta... Acontece que com os preços baixos que se praticam na Produção e com a tendência para ainda mais baixas nos preços da madeira (na Mata e fora desta) da floresta mais tradicional e de uso múltiplo, nem a Nossa Senhora de Fátima consegue ajudar, "sózinha", a gerir melhor seja lá o que for, seja lá como for...

6.1 – De facto, é necessário evoluir para melhorar a nossa Floresta de uso múltiplo, mas sempre com respeito pelos direitos dos pequenos e médios Produtores Florestais e pelos direitos dos Compartes dos Baldios.

6.2 - Até ao momento, os pequenos proprietários estão votados ao abandono, já que não foram suficientemente ajudados ou apoiados na gestão do seu espaço florestal. Existe pois uma necessidade extrema de colocar no terreno os meios que desde á muito tempo já estão identificados e que poderão contrariar os efeitos negativos de um mercado que funciona sem qualquer atitude reguladora. Vejamos que neste país não existe qualquer informação sobre o histórico do preço da produção florestal, apesar de termos 11% do PIB dela dependente

6.3 - Ao nível da grande unidade de exploração, nomeadamente as áreas comunitárias, verifica-se que apenas têm trazido dissabores a ausência de informação assim como os impedimentos, institucionalmente impostos, de participação na gestão por parte dos legítimos proprietários.

6.3.1 - Os Compartes dos Baldios nunca puderam ter acesso ao benefício que estava predestinado. Poderíamos ter volumes de receitas em triplo do que se tem tido. Temos de ter cada vez mais informação, e mais meios, a serem fornecidos a quem de direito e por quem de direito.

Com os melhores cumprimentos.

Coimbra, 9 de Setembro de 2009

Pel' A Direcção Nacional da C N A

João Dinis